

Formação Profissional
Diplomada pelo INA no curso de Especialização CAF — “Common Assessment Framework”;

Frequência de diversas acções de formação e seminários nas áreas do planeamento, inovação, gestão da qualidade, gestão pública, gestão de recursos humanos, avaliação do desempenho e Regime Jurídico da Administração Pública.

205343898

Despacho n.º 15615/2011

De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, foi aberto e procedeu-se à publicação do procedimento concursal de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão da Unidade Ministerial de Compras, da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, no *Diário da República* n.º 120, 2.ª série de 24 de Junho de 2011, no Jornal “Correio da Manhã” do dia 27 de Junho e na Bolsa de Emprego Público sob o Código de Oferta n.º OE2011106/0551.

Cumpridas as formalidades legais e concluídas as operações de selecção, o Júri propôs, como resultado do respectivo processo de selecção e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, para desempenhar o cargo a concurso, o Licenciado Artur Manuel Trindade Mimoso.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri na acta final que integra o procedimento concursal e que resultam, designadamente, dos métodos de selecção aplicados, considero que o referido candidato possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no aviso de abertura do concurso, tal como se evidencia na síntese curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

Assim:

1 — Considerando a proposta do Júri, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, para o cargo de Chefe de Divisão da Unidade Ministerial de Compras, o Licenciado Artur Manuel Trindade Mimoso, nos termos dos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual.

2 — O nomeado fica autorizado a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Novembro de 2011.

21 de Outubro de 2011. — A Secretária-Geral, *Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão*.

Síntese Curricular

Nome: Artur Manuel Trindade Mimoso
Local e data de nascimento: Portalegre, 23 de Dezembro de 1971
I — Percurso académico

Licenciatura em Direito
Bacharelato Técnico em Ciências Militares — Área de Gestão
Frequência do Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais
Pós-Graduação em Direito e Prática da Contratação Pública
Pós-Graduação em Código dos Contratos Públicos
Pós-Graduação em Responsabilidade Civil Extra-Contratual do Estado e Demais Entidades Públicas
Pós-Graduação em Logística e Ciências da Legislação
Diploma de Especialização em Compras e Contratos Públicos (DECCP)

II — Formação Complementar

Curso sobre Análise e Avaliação de Propostas nos Procedimentos Concursais do Código dos Contratos Públicos — Óptica da Gestão
Curso na Nova Contratação Pública — Código dos Contratos Públicos

Curso sobre o Código dos Contratos Públicos
Curso em Aquisição de Bens e Serviços na Administração Pública no âmbito do Decreto-Lei n.º 197/99

Curso sobre Integração Estratégica de Sistemas de Gestão — Abordagem por Processos

Curso em Contencioso Administrativo
Curso em Contencioso Administrativo — Aspectos Práticos
Curso em Direito Disciplinar na Administração Pública
Curso de Formação Como Lidar com a Mudança
Formação sobre os Fundamentos Técnicos de Avaliação de Desempenho e o Novo SIADP

Curso de Especialização em Direito da Sociedade de Informação
Curso de Formação Pedagógica de Formadores

Várias Palestras no âmbito da contratação pública, revisão de projectos, empreendedorismo, responsabilidade civil extracontratual do Estado e energia.

III — Experiência Profissional

Coordenador da Unidade Ministerial de Compras (UMC) do Ministério da Defesa Nacional desde 1 de Maio de 2011, nomeado pelo Despacho n.º 47/SG/2011, de 02 de Maio da Exma. Senhora Secretária-Geral do MDN

Jurista no Departamento de Assuntos Jurídicos (DEJUR), actual Direcção de Assuntos Jurídicos (DSAJ) da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional de 2005 a 2011

Assessoria Jurídica à Comissão Permanente de Contrapartidas (CPC) nos Ministérios da Defesa Nacional da Economia Desenvolvimento e Inovação desde 2009

Assessoria Jurídica no Gabinete de S. Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional no âmbito dos processos legislativos, designadamente nos trabalhos relativos à reforma da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas (PRACE) em 2009

Representação do Estado Português através do Ministério da Defesa Nacional, sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, junto do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE)

Coordenador executivo da equipa multidisciplinar constituída pelo Ministério da Defesa Nacional, Exército Português e ISTECS no projecto “estudo sobre os deficientes das Forças Armadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro” — 2009 a 2011

Formador em diversas matérias no âmbito do Código dos Contratos Públicos — Direito e Prática Contratual

Formador em contratação pública electrónica — e-Procurement

Formador sobre Relação de Emprego Público — Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas

Orador na palestra subordinada ao tema “Código dos Contratos Públicos” ministrada ao Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) em 2009

Professor de Justiça e Disciplina Militar na Escola Superior Politécnica do Exército de 2005 a 2008

Adjunto do Chefe da Secção de Logística (recursos financeiros e aprovisionamento) do Instituto de Altos Estudos Militares de Outubro de 1995 a Outubro de 2002

Oficial do Quadro Permanente do Exército

205343857

Despacho n.º 15616/2011

De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, foi aberto e procedeu-se à publicação do procedimento concursal de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas, da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, no *Diário da República* n.º 135, 2.ª série de 15 de Julho de 2011, no Jornal *Diário de Notícias* do dia 20 de Julho e na bolsa de emprego público sob o código de oferta n.º OE2011107/0324.

Cumpridas as formalidades legais e concluídas as operações de selecção, o Júri propôs, como resultado do respectivo processo de selecção e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, para desempenhar o cargo a concurso, a Licenciada Pollyana Maria Martins Pereira Soares de Barros.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri na acta final que integra o procedimento concursal e que resultam, designadamente, dos métodos de selecção aplicados, considero que a referida candidata possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no aviso de abertura do concurso, tal como se evidencia na síntese curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

Assim:

1 — Considerando a proposta do Júri, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, para o cargo de Director do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas, a Licenciada Pollyana Maria Martins Pereira Soares de Barros, nos termos dos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual.

2 — A nomeada fica autorizada a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Novembro de 2011.

21 de Outubro de 2011. — A Secretária-Geral, *Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão*.

Síntese curricular

Nome: Pollyana Maria Martins Pereira Soares de Barros.

Data de nascimento: 4 de Maio de 1966.

I — Percurso académico:

Licenciatura Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, (1985-1990) — Menção de Ciências Jurídico-Políticas.

Advogada inscrita na Ordem dos Advogados desde 02/07/1992 — cédula n.º 9821L — com inscrição suspensa.

II — Percurso profissional:

Directora do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, em regime de substituição, desde 01 de Julho de 2011;

Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Profissional da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, em comissão de serviço, precedendo concurso, desde 01 de Junho de 2010;

Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Profissional da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, em regime de substituição, desde 01 de Junho de 2010;

Técnica superior da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, de 01 de Setembro de 2009 à actualidade;

Chefe de Divisão — Gabinete de Assuntos Jurídicos e de Relações Públicas do Arsenal do Alfeite de 19 de Setembro de 2002 a 31 de Agosto de 2009;

Chefe do Serviço de Contencioso do Arsenal do Alfeite de 8 de Fevereiro de 1993 a 18 de Setembro de 2002;

Responsável pela área jurídica na GESTIFUNDO — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. (grupo Totta & Açores) de 2 de Maio de 1991 a 7 de Fevereiro de 1993.

III — Formação profissional:

LVCRA e SIADAP — Planeamento e orçamentação de Recursos Humanos — INA — Setembro 2009;

Sistema de Gestão da Segurança — Março 2009 — ISQ Academia; 2.º Congresso Nacional da Contratação Pública — Novembro 2008-OPET;

O novo SIADAP — Avaliadores — Novembro 2008 — INA;

A Avaliação dos Serviços no SIADAP — construção do QUAR através do Balanced Scorecard Fevereiro 2008 — INA;

O Novo Regime da Contratação Pública — Dezembro 2007 — INA;

II Jornadas Internacionais de Protocolo — Novembro de 2007 — Associação Portuguesa de — Estudos de Protocolo;

Seminário “Protocolo Empresarial” — Novembro 2007;

Sistema de Garantias no Contencioso Administrativo — Julho 2007;

O Contencioso Administrativo — aspectos práticos — Julho 2007;

Novas Perspectivas na Contratação Pública — Novembro 2006 — Tribunal de Contas;

Curso de Verão da Faculdade de Direito de Lisboa — o Direito dos Contratos Públicos em tempo de mudança — Instituto de Ciências Jurídico-políticas;

Avaliação de Propostas em Concursos Públicos — Março 2006 — MDN/DGAED;

Curso intensivo de chefias para a prevenção toxicodependências — Fevereiro 2006 — UTITA;

A reforma do Contencioso administrativo — Fevereiro 2005 — Faculdade de Direito de Lisboa;

Código do Procedimento Administrativo — Dezembro de 2003;

NP ISSO 9001:2000 — Junho/Julho de 2003 — APCER;

O novo contencioso Administrativo — Junho 2002 — Faculdade de Direito de Lisboa;

Reforma do Contencioso Administrativo — Nova relação com o Estado — Maio 2002 — S.T&S.T;

Novo Regime do Contencioso Administrativo — Novembro 2001 — Ordem dos Advogados;

Análise Prática do Código do Procedimento Administrativo — Abril 2001

Contencioso da actividade contratual — Novembro 1999;

Contencioso Administrativo — Março 1999;

Alterações ao Decreto-Lei n.º 55/95, Julho 1998 — NPF;

Funcionamento dos Concursos Públicos — Novembro 1997 — Vida Económica;

Novo Código do Processo Civil — Junho 1997;

Regime Jurídico da Função Pública — Junho 1997;

IV — Outras Referências:

Certificado n.º 2992/2006 — NATO Confidencial pela Autoridade Nacional de Segurança;

Medalha da Cruz naval de 3.ª Classe atribuída pelo Chefe do Estado-Maior da Armada em 10 de Fevereiro de 2003.

205343881

Despacho n.º 15617/2011

De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, foi aberto e procedeu-se à publicação do procedimento concursal de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Profissional da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, no *Diário da República* n.º 154, 2.ª série de 11 de Agosto de 2011, no *Jornal Diário de Notícias* do dia 12 de Agosto e na Bolsa de Emprego Público sob o Código de Oferta n.º OE201108/0346.

Cumpridas as formalidades legais e concluídas as operações de selecção, o Júri propôs, como resultado do respectivo processo de selecção e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, para desempenhar o cargo a concurso, a Licenciada Cláudia Cristina Pinto Ribeiro Rosa.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri na acta final que integra o procedimento concursal e que resultam, designadamente, dos métodos de selecção aplicados, considero que a referida candidata possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no aviso de abertura do concurso, tal como se evidencia na síntese curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

Assim:

1 — Considerando a proposta do Júri, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, para o cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Profissional, a Licenciada Cláudia Cristina Pinto Ribeiro Rosa, nos termos dos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual;

2 — A nomeada fica autorizada a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual;

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Novembro de 2011.

28 de Outubro de 2011. — A Secretária-Geral, *Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão*.

Nota curricular

Nome: Cláudia Cristina Pinto Ribeiro Rosa.

Local e data de nascimento: Lisboa, em 19 de Agosto de 1973.

I — Habilitações Académicas — Licenciatura em Sociologia pela Universidade Lusófona, em 29 de Setembro de 2000.

II — Experiência Profissional:

Nomeada em regime de substituição, em 18 de Julho de 2011, Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Profissional, da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

De Dezembro de 2007 a Julho de 2011 esteve colocada na Divisão de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Educação, onde desempenhou as funções de consultora interna para os Recursos Humanos dos Projectos SAP/RH, coordenadora interna do projecto, para a implementação do Portal do Colaborador na plataforma Portal SAP, responsável pelo acompanhamento e verificação da qualidade do processamento salarial de todos os serviços centrais e periféricos do Ministério da Educação, bem como dos Gabinetes Ministeriais, integrou o grupo de trabalho cujo objectivo foi elaborar o Novo Regulamento de horário de trabalho a implementar na Secretaria-Geral e ministrou formação na área de recursos humanos em SAP/RH.

De 2004 a Novembro de 2007, esteve colocada na Divisão de Organização da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (MDN), tendo sido nomeada em 2005 consultora interna para o Projecto SIG, na área dos Recursos Humanos, com responsabilidade no acompanhamento da parametrização e modelização do Software, na implementação dos módulos referentes à Gestão de Recursos Humanos.

De 2001 a 2003, esteve colocada na Direcção de Serviços de Administração Geral, na área de Pessoal do Instituto da Defesa Nacional, tendo desempenhado funções na área da gestão de recursos humanos.

De 1993 a 2001 esteve colocada na Divisão de Planeamento do Instituto da Defesa Nacional, onde acompanhou o planeamento e a execução de várias actividades de carácter formativo do IDN, nomeadamente, o Curso de Defesa Nacional (CDN), o Curso de Formação para a Cidadania (CFC).

III — Formação Complementar:

Frequentou diversas acções de formação, na área de Recursos Humanos das quais se salientam as seguintes:

Certificação SAP na área de Gestão de Recursos Humanos
Workshop Sector Público, área de Recursos Humanos, pela SAP
Formação em Balanced Scorecard
O novo regime jurídico da função pública